



A política de reestruturação das universidades federais e a instituição de modelos formativos inovadores: a UNIFESP em análise

Maria Angélica Pedra Minhoto¹  Isabel Melero Bello² 
^{1 2} Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

No ano de 2007 foi instituído no Brasil, por meio do Decreto nº 6.096, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais brasileiras, conhecido como REUNI. Entre seus principais objetivos estavam os de expandir o número de vagas no ensino superior público, elevar as taxas de conclusão e diminuir a evasão dos cursos. Um pouco antes do REUNI, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) já tinha dado início a um processo de expansão e posteriormente aderiu ao programa, ampliando ainda mais o número de cursos, vagas e *campi*. Paralelamente aos cursos que tradicionalmente oferecia, a universidade implantou novos e com distintos modelos formativos, dentre eles, os chamados bacharelados interdisciplinares (BI). Tendo em vista esse panorama, este artigo analisa os diferentes modelos formativos da UNIFESP a fim de compreender em que medida favorecem a permanência e a conclusão de seus estudantes. Para tanto, foram analisados dados referentes à matrícula, coeficiente de rendimento, taxa de evasão e taxa de sucesso acadêmico nos diferentes modelos formativos. A análise mostra que modelos alternativos por si sós não ampliam a permanência e a conclusão e não melhoram os rendimentos acadêmicos dos estudantes, inclusive nos BI. Ao fim, recomenda-se conhecer melhor o perfil e atender de forma mais adequada às necessidades básicas dos novos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE

Educação superior. Expansão do ensino superior. Estudo de modelos.

Correspondência ao autor

¹ Maria Angélica Pedra Minhoto

E-mail: mminhoto@gmail.com

Universidade Federal de São Paulo,
Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/6564510847928702>

Submetido: 12 jul. 2018

Aceito: 03 dez. 2018

Publicado: 11 dez. 2018

 [10.20396/riesup.v5i0.8652915](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8652915)

e-location: e019013

ISSN 2446-9424

Checação antiplágio



Distribuído sobre



The restructuring policy of federal universities and the institution of innovative formative models: UNIFESP in analysis

ABSTRACT

In 2007, through Decree No. 6,096, the Program to Support the Restructuring and Expansion Plans of the Brazilian Federal Universities, known as REUNI, was instituted in Brazil. Its main objectives were to expand the higher education enrolments, raise the conclusion rates and reduce dropouts rates. Shortly before REUNI, the Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) had already started an expansion process and later joined the program, further expanding the number of courses, campuses and enrolments. Parallel to the undergraduate courses that traditionally offered, the university implemented new ones and with different academic training models, among them, the so-called Interdisciplinary Bachelor degree (BI). In view of this scenario, the article analyses the different UNIFESP academic training models in order to understand the extent to which they favor the rates of permanence and conclusion among their students. In order to do so, data related to enrollment, academic performance, dropout rate and academic success rate were analysed considering the different academic training models. The analysis shows that alternative models alone do not extend permanence and conclusion rates among the students and do not improve student academic achievement, not even in BI academic training model. Finally, it is emphasized the importance of knowing better the new students profile and their basic needs.

KEYWORDS

Higher education. Expansion of higher education. Educational models.

La política de reestructuración de las universidades federales y la institución de modelos formativos innovadores: la UNIFESP en análisis

RESUMEN

En el año 2007 fue instituido en Brasil, por medio del Decreto nº 6.096, el programa de Apoyo a los Planes de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales brasileñas, conocido como REUNI. Entre sus principales objetivos estaban los de expandir el número de plazas en la enseñanza superior pública, elevar las tasas de conclusión y disminuir la evasión de los cursos. Un poco antes de REUNI, la Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) ya había dado inicio a un proceso de expansión y posteriormente se adhirió al programa, ampliando aún más el número de cursos, vacantes y campus. Paralelamente a los cursos que tradicionalmente ofrecía, la universidad implantó nuevos y con distintos modelos formativos, entre ellos, los llamados bachilleres interdisciplinarios (BI). En vista de este panorama, este artículo analiza los diferentes modelos formativos de la UNIFESP a fin de comprender en qué medida favorecen la permanencia y la conclusión de sus estudiantes. Para ello, se analizaron datos referentes a la matrícula, coeficiente de rendimiento, tasa de evasión y tasa de éxito académico en los diferentes modelos formativos. El análisis llevó a la conclusión de que modelos alternativos por sí solos no amplían la permanencia y la conclusión y no mejoran los rendimientos académicos de los estudiantes, incluso en los BI. Al final, se recomienda conocer mejor el perfil y atender de forma más adecuada las necesidades básicas de los nuevos estudiantes.

PALABRAS CLAVE

Educación superior. Expansión de la educación superior. Modelos educativos.

Introdução

Segundo dados do MEC¹, a retomada da expansão das universidades públicas federais teve início em 2003, tendo como principal objetivo ampliar o acesso e permanência de jovens brasileiros na educação superior. Dando sequência a essas ações, em 2007, foi publicado o Decreto nº 6.096, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Segundo o Decreto, reafirmam-se os objetivos citados acima:

O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007, Art.1º, parág.1º)

Ainda de acordo com o Decreto, o Programa deveria seguir as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007, Art.2º).

Destacam-se aqui, considerados os interesses deste artigo, dois objetivos do Programa:

1) a otimização dos recursos e incentivo às mudanças das estruturas curriculares dos cursos já existentes e 2) a criação de cursos que possibilitassem a construção de itinerários formativos mediante a flexibilização dos currículos, viabilizando a mobilidade estudantil no interior da própria universidade ou em outras instituições, e que preferencialmente não promovessem a profissionalização precoce dos estudantes.

Para ter acesso aos recursos financeiros necessários para as alterações propostas, a universidade deveria apresentar um plano de reestruturação aprovado pelo órgão superior da instituição, respeitada a autonomia universitária (BRASIL, 2007, art.4º). No entanto, no art. 5º, o Decreto deixa claro que os planos apresentados pelas universidades também deveriam ser aprovados pelo Ministério da Educação (MEC) e só a partir dessa aprovação é que os recursos financeiros seriam liberados. Nesse sentido, percebe-se que o REUNI configurou-se como política indutora de ações previamente estabelecidas, colocando inclusive em xeque a autonomia universitária citada na própria norma.

¹ Consulta realizada em 02 fev. 2017 no sítio eletrônico <http://reuni.mec.gov.br>.

O segundo objetivo se refere à flexibilização do currículo mediante a criação de cursos que permitissem ao estudante a definição de seu itinerário formativo. Como forma de responder a esse propósito, tem início no país a oferta de cursos chamados Bacharelados Interdisciplinares (BI), que preveem uma formação inicial básica, não voltada à profissionalização e de curta duração, com diplomação intermediária. Segundo Lima, Azevedo e Catani (2008), esse modelo sofreu forte influência do Processo de Bolonha e também do modelo norte-americano, com uma formação inicial no *College*, já terminal, e depois, no segundo nível, formação profissional ou em estudos avançados na *Graduate School*.

Vale lembrar que a dinâmica instalada na rede pública federal de ensino superior, a partir desse processo de expansão, produziu um conjunto diversificado de estabelecimentos acadêmicos, formatos institucionais e modelos de cursos, com vocações e práticas bastante diferenciadas. A UNIFESP, que até 2007 caracterizava-se por sua especialização na área da saúde, com alto nível de produção acadêmica e sólida tradição na pesquisa científica, buscou universalizar a sua atuação abrindo-se a áreas diversas de conhecimento. Em 2004, deu início a um planejamento para expandir o número de vagas e de cursos de graduação, tendo recebido forte incentivo do governo federal para organizar itinerários formativos de modo interdisciplinar, estimulando a flexibilização do currículo, a mobilidade estudantil entre os cursos - e até entre instituições brasileiras e estrangeiras -, além de ampliar a diversidade sociocultural e econômica de estudantes. Seu plano de reestruturação contou com a criação de novos *campi* e cursos de graduação, dentre eles, cursos de caráter interdisciplinar.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo compreender como a UNIFESP se apropriou dessas orientações em seu cotidiano e se essa reestruturação atendeu aos objetivos apresentados pelo Decreto da expansão (BRASIL, 2007) de proporcionar maior acesso, permanência e conclusão na educação superior, com qualidade, e promover a mobilidade estudantil dentro e fora da universidade. Para tanto, foram analisados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) disponibilizados pela Universidade em seu sítio² eletrônico mediante um protocolo previamente elaborado a fim de identificar os modelos formativos adotados. Também foi feita consulta formal à Pró-reitoria de Graduação da Instituição (ProGrad) com o intuito de obter dados referentes à situação acadêmica de seus estudantes no ano de 2017 no que se refere ao número de matrículas por curso, desempenho acadêmico e evasão.

Para tanto, o artigo organiza-se em duas partes, além das considerações finais. Na primeira, discute a política de reestruturação das universidades federais brasileiras a partir do REUNI. Na segunda, a história da UNIFESP será brevemente tratada, uma vez que auxilia a compreender as mudanças realizadas, assim como os impactos que produziu sobre uma estrutura institucional constituída há anos e que, mediante a reestruturação, foi afetada pelas mudanças organizacionais e culturais. Ainda, são analisados nesse item os modelos formativos em atividade nas várias Unidades Universitárias (UU) da UNIFESP – que são suas

² Cf. <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/pro-reitoria-de-graduacao/cursos/projetos-pedagogicos>.

Escolas e Institutos -, a fim de compreender como a instituição reinterpreta e torna possível responder às demandas mediante as condições existentes. Dados institucionais referentes às taxas de ingresso, rendimento, conclusão e evasão após a reestruturação da universidade são discutidos para complementar a análise. Por fim, apresentam-se as considerações finais referentes ao problema proposto.

REUNI: Entre o Acesso às Minorias e a Obediência ao Mercado

Desde os anos 1990, o governo federal tem fomentado políticas de expansão da educação superior com o propósito de responder à qualificação de quadros profissionais necessários à nova fase do desenvolvimento socioeconômico contemporâneo, marcado pela globalização das relações de produção e de consumo. Silva e Castro (2014) lembram que essas medidas têm se concentrado, sobretudo, na expansão do ensino privado, no uso da educação a distância e na reestruturação e criação de universidades públicas federais. No caso das públicas, a tendência de “modernização” foi estimulada inclusive no que se refere aos modelos administrativos e não apenas pedagógicos, com o intuito de garantir maior eficiência e eficácia aos “serviços” públicos prestados. A lógica da racionalização econômica marca a expansão das universidades federais, uma vez que a intenção central e explícita do governo foi a de aproveitar ao máximo os recursos já disponíveis no sistema. Como mencionado anteriormente, essa política foi operacionalizada por meio do REUNI, instituído a partir do Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007), como parte do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

O Programa foi instituído mediante a indução das universidades públicas federais a aceitarem contratos de gestão com o MEC, que impunham às instituições uma série de etapas e metas a serem cumpridas, vinculando-as à liberação de verbas públicas necessárias ao seu funcionamento. Nota-se que o REUNI adotou técnicas de gerenciamento próprias do setor privado ao condicionar o financiamento ao cumprimento de metas estabelecidas previamente nos contratos entre as universidades e o MEC.

Dessa forma, como já salientado, é questionável a autonomia universitária prevista no Decreto, uma vez que esta se refere quase que, basicamente, à adesão ou não ao Programa, com a ampliação ou não dos recursos para a manutenção das instituições.

É importante ressaltar, ainda, que o Decreto nº 6.096/2007, ao tratar da reestruturação e expansão das universidades públicas federais, não fez menção ao modelo de desenvolvimento institucional que define a essência do trabalho das universidades, no Brasil, segundo o art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 2018), qual seja, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa essência remete ao propósito da Universidade não apenas como responsável pelo desenvolvimento técnico e a preparação para profissões diversas, mas como garantidora de uma formação geral e crítica e portadora de uma tradição cultural, socialmente valorizada. Além disso, subjacente ao princípio da indissociabilidade há

o entendimento comum de que a universidade é *locus* essencial da produção e difusão de conhecimentos e responsável por propor questões relevantes para dentro e para fora das fronteiras nacionais, tratando-as em diferentes perspectivas teóricas e científicas. Entretanto, como ressaltam Léda e Mancebo (2009), parece que o REUNI só privilegiou o ensino de graduação:

Sem meias palavras: a expansão desejada e ‘financiada’ é só para o ensino, seguindo antigas lições do *World Bank* (1994), que além de condenarem a predominância das universidades de pesquisa (humboldtianas) – uma realidade que nunca existiu no sistema de educação superior brasileiro – propunham as universidades (!!!) de ensino (que se ocupariam do ensino ou da formação neoprofissional), mais adequadas aos países com déficit público crônico. (p.55)

No entanto, não se nega que o REUNI também trouxe ganhos significativos para as camadas populares. Como lembram Pachane e Vitorino (2015),

Obter vagas em universidades públicas representou, para muitos, uma conquista, pois a maioria da população brasileira nunca se imaginou neste espaço. Assim, entende-se o REUNI como uma conquista das camadas populares, inclusive pelo incentivo a cursos noturnos que ele promoveu. Segundo Tonegutti e Martinez (2009, p. 1), “há muitos anos lutamos pela ampliação da oferta de vagas nas Universidades Públicas, e, portanto, este não é ponto de discordância”. (p.447)

Contudo, a permanência desses estudantes na universidade é um desafio por vários fatores. Segundo as autoras,

Ao abrir mais vagas na Educação Superior, o REUNI oportunizou a entrada, na universidade, a alunos com renda baixa. Entretanto, grande parte desses alunos ainda tem dificuldades para se manter financeiramente até a conclusão do curso. Além da questão financeira, muitas vezes o perfil do novo aluno que chega aos bancos universitários é extremamente diferente do perfil elitizado, ao qual os docentes estavam acostumados... Este novo estudante, geralmente oriundo de uma Educação Básica deficitária, só com muita dificuldade consegue acompanhar os estudos, terminando por aumentar os índices de evasão que o REUNI pretendia diminuir... (p.448)

Mediante tais análises, discutem-se a seguir os modelos formativos em vigência na UNIFESP após a ampliação do número de UU e cursos, assim como com as reformulações feitas nos PPC das graduações já existentes. Procura-se compreender, também, com tais mudanças, qual o sentido das alterações em vista das trajetórias percorridas por seus estudantes.

UNIFESP: Organização Institucional e Modelos Formativos

Originada da Escola Paulista de Medicina (EPM), fundada em 1933, a UNIFESP é hoje formada por seis *campi* e sete UU – há, em São Paulo, duas UU, são elas a EPM e a Escola Paulista de Enfermagem (EPE). A instituição oferece 51 cursos de graduação presenciais e um curso a distância, em diferentes áreas do conhecimento e está instalada nos municípios de São Paulo, Santos, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco. O

modelo multicampi da UNIFESP consolidou um desenho próprio, em que a distribuição geográfica foi fator predominante para o estabelecimento das diferentes áreas de conhecimento, promovendo uma espécie de fragmentação acadêmica no interior da instituição.

Apesar de a expansão institucional ter observado os princípios de interdisciplinaridade, no âmbito das grandes áreas de conhecimento, de mobilidade e de flexibilização curricular nos projetos de suas Escolas e Institutos e de seus cursos, é possível identificar particularidades na forma como ganharam corpo no cotidiano acadêmico e na sua organização curricular.

Desde a expansão, podem-se observar fundamentalmente dois modelos de formação distintos que vêm se consolidando nas graduações da UNIFESP: o modelo ‘profissionalizante’ e o ‘bacharelado interdisciplinar’. No modelo profissionalizante, por sua vez, é possível distinguir os cursos em outras três variações, que apresentam trajetórias 1) tradicionais com ciclo básico de formação, 2) integradas por um ciclo básico de formação e 3) integradas por eixos e módulos.

Os cursos de graduação profissionalizantes tradicionais com ciclo básico de formação contam com um modelo formativo pouco flexível, baseados em um currículo verticalizado que permite pouca autonomia ao estudante para escolher seu percurso formativo, visto que a trajetória a ser seguida está quase que integralmente definida desde o ingresso até o final do curso. No início, o estudante passa por um ciclo básico de formação, cursando Unidades Curriculares (UC) que tratam de áreas e temas comuns a vários cursos do *campus*, porém, frequenta essas UC apenas com colegas que ingressam na mesma carreira. Na sequência, matricula-se em UC de formação específica, presentes apenas na matriz curricular de seu curso, e tem opção de fazer UC eletivas, ofertadas por seu curso ou eventualmente por outros cursos/departamentos da UU onde está instalado.

Constata-se que não há quase flexibilidade curricular ou trânsito de estudantes por UC e atividades promovidas por esses cursos, mesmo que localizados na mesma Escola ou Instituto (UU). Se considerado o percentual de horas de atividades eletivas e complementares presentes nas matrizes, os estudantes dispõem entre 2% a 16% da carga horária do curso. Além disso, verificam-se organizações mais ‘endógenas’ na maneira de compreender e exercitar a interdisciplinaridade. São, por exemplo, atividades no âmbito do próprio curso de graduação que tratam de temas ou cenários profissionais comuns, de forma concomitante, ou estabelecidas em fronteiras de diferentes subáreas de conhecimento, oferecendo aos estudantes alguma possibilidade de reflexão sobre problemas mais complexos, considerando as diferentes especificidades teóricas, metodológicas e tópicos subjacentes às subáreas de conhecimento.

Entretanto, em geral, esses cursos - profissionalizantes tradicionais com ciclo básico de formação - caracterizam-se pela fragmentação entre as áreas, que são altamente vinculadas ao desenvolvimento de pesquisas e atividades de pós-graduação, permeadas por um conceito

de excelência derivado da reconhecida produção científica pela qual os departamentos são responsáveis. Sofrem impacto de uma estrutura departamental, visto que as UC presentes tanto no ciclo básico como no específico são “rateadas” entre os diferentes departamentos, desfavorecendo o planejamento integrado de atividades, métodos e conteúdos e a sua avaliação.

Os cursos classificados como profissionalizantes integrados por um ciclo básico de formação são aqueles que oferecem aos estudantes, desde o ingresso, mais de uma possibilidade de formação profissional, mas em área específica do conhecimento. Há, em uma primeira parte do curso (no primeiro ou nos dois primeiros anos), um ciclo básico comum ao fim do qual o estudante opta por uma das trajetórias de formação acadêmica possíveis – no caso da Licenciatura em Ciências, por exemplo, o estudante opta pela especialização entre Física, Biologia, Química ou Matemática, e nos cursos da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, opta, por exemplo, entre as carreiras de bacharel ou de licenciado.

No caso desses cursos, há mais autonomia para o estudante escolher seu percurso formativo, visto que a definição da trajetória profissional está postergada, mais ou menos, para o meio do curso. No ciclo básico de formação, as UC são frequentadas com colegas que no futuro poderão ou não optar pela mesma carreira, e, na formação específica, algumas UC fixas presentes na matriz curricular de um determinado curso podem ser ofertadas como eletivas para estudantes de outros cursos. Com isso, constata-se maior flexibilidade curricular e trânsito de estudantes por vários cursos ou possibilidades de formação. Se considerado o percentual de horas de atividades eletivas e complementares presentes nas matrizes desses cursos, os estudantes dispõem para suas escolhas entre 5% a mais de 50% da carga horária do curso. Mesmo assim, os profissionalizantes integrados por um ciclo básico de formação sofrem com a persistente fragmentação entre áreas, e com a organização departamental que a legitima, o que desfavorece o planejamento integrado de atividades, métodos e conteúdos e a sua avaliação.

Em relação ao trabalho interdisciplinar, está mais evidente neste modelo, tanto pelas relações que são promovidas entre as UC ou subáreas de conhecimento nas matrizes curriculares específicas dos cursos, como em iniciativas integradas, a exemplo da trajetória em ‘Estudos Clássicos’, oferecida recentemente na EFLCH, que congrega docentes e UC dos departamentos de Filosofia, Letras, História e História da Arte, valorizando as competências e o trabalho conjunto de docentes, as diferentes possibilidades de trajetória acadêmica eletiva de alunos devidamente matriculados na UNIFESP - a exemplo das *Major*, nos EUA - e se aproxima de um modelo muito comum no Ensino Superior internacional: a *Minor* – que em última análise é a realização de créditos eletivos em uma área ou subárea do conhecimento durante a graduação, para além dos exigidos na *Major*, e que agregam qualificações à área de graduação escolhida pelo aluno.

No que toca aos cursos categorizados como profissionalizantes integrados por eixos e módulos, fundamentam-se na convivência entre os alunos que ingressaram em diferentes carreiras como forma de promover a interdisciplinaridade. Os estudantes iniciam suas

trajetórias frequentando várias UC e módulos comuns, organizados em eixos, o que favorece o planejamento integrado entre docentes de várias áreas do conhecimento e discussões sobre métodos, conteúdos e a sua avaliação. Ao longo da trajetória, o número de UC e módulos comuns são paulatinamente reduzidos, dando cada vez mais espaço para as UC e módulos específicos do curso escolhido no ingresso. Isso revela uma grande preocupação com a formação interprofissional e a abordagem interdisciplinar dos problemas, ainda que a profissão tenha sido definida *a priori* para os estudantes, quando de sua entrada na UNIFESP. A profissionalização vai se delineando mais especificamente quanto mais próximo o estudante chega ao final de seu itinerário formativo.

Não se observa, entretanto, grande flexibilidade curricular entre esses cursos, quando comparados a outros cursos da UNIFESP. Muitas matrizes preveem um baixo percentual de carga-horária destinada a UC eletivas e atividades complementares (variando entre 5% e 19% da carga-horária total das matrizes), o que parece revelar um grau relativamente baixo de autonomia dos estudantes para a definição de uma trajetória própria de estudos e formação. Há que se considerar ainda que a oferta de UC eletivas costuma ficar restrita ao âmbito dos próprios cursos (eletivas de curso), não permitindo a circulação por outras graduações ou *campi* (eletivas livres), apesar de estarem previstas essas formas organizativas nos vários PPC.

O segundo tipo de modelo formativo implantado na universidade é o chamado Bacharelado Interdisciplinar (BI). Esse modelo está presente no Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) do *campus* São José dos Campos e no Instituto do Mar, localizado na Baixada Santista. Diferentemente do modelo profissionalizante, o BI permite aos alunos mais amplas possibilidades de itinerários formativos. Segundo Leão e Teixeira (2015),

Os itinerários formativos podem ser compreendidos como um roteiro de estudos para formação continuada, ou seja, a descrição de percursos formativos que um estudante poderá cursar em uma instituição de ensino, possibilitando sua qualificação para fins de prosseguimento de estudos ou inserção no mundo do trabalho e exercício profissional. Os itinerários devem ser organizados de forma intencional e sistemática, estruturando ofertas educacionais que possibilitem ao estudante uma trajetória de formação coesa e contínua, vertical ou horizontalmente (p.6846).

Na UNIFESP, os BI oferecem uma formação geral em grandes áreas de conhecimento, sendo que apenas no segundo ciclo de estudos os estudantes podem se formar em uma profissão específica, se optarem por continuar em nível de graduação. Na instituição, os cursos que compõem esse segundo ciclo são chamados de ‘cursos de formação específica’. Mas os egressos dos BI podem também seguir diretamente para a pós-graduação.

A proposta dos BI se colocou, na UNIFESP, como forma alternativa à superespecialização precoce, que por vezes não proporciona condições aos egressos de lidarem com a complexa realidade contemporânea. Nessa modalidade, as matrizes curriculares contêm um número expressivo de UC eletivas e atividades complementares – entre 40% a 80% da carga-horária total do curso -, sendo, portanto, de grande flexibilidade

curricular, conferindo um grau alto de autonomia aos estudantes quanto à definição de sua trajetória acadêmica.

A convivência entre os alunos é intensa ao longo de toda a trajetória em qualquer BI oferecido. Vale destacar que, apesar de estarem sob um único departamento, um dos principais desafios dos BI é o trabalho em equipe entre os docentes das UC interdisciplinares, visto que além de pesquisadores altamente qualificados, são também muito especializados.

Entre os princípios subjacentes às diretrizes para os BI (BRASIL, 2010) está a valorização da mobilidade e do intercâmbio interinstitucional. Na UNIFESP, isso não tem ocorrido até o momento. A universidade tem diferentes dificuldades para o estabelecimento desse processo de intercâmbio, tais como: financiamento para a permanência estudantil; processo de aproveitamento de estudos para os cursos de formação específica (CFE); número de vagas disponíveis; tempo da burocracia institucional; distância entre as UU e as instituições, entre outros. Ou seja, paradoxalmente, é a falta de apoio, sobretudo financeiro e de recursos humanos, do próprio MEC, o principal indutor dos BI, que tem dificultado a efetivação desse novo modelo formativo na universidade.

Sinteticamente, pode-se dizer que a UNIFESP conta com os seguintes modelos formativos e suas respectivas taxas de sucesso e de evasão³ por UU:

Quadro 1. Tipos de modelos formativos, taxas de sucesso acadêmico e de evasão, por UU

Modelo formativo		Unidade Universitária	Taxa de sucesso acadêmico	Taxa de evasão
Profissionalizante	Com um ciclo básico de formação	Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH)	31%	31%
		Escola Paulista de Medicina (EPM)/Escola Paulista de Enfermagem (EPE)	79%	- 15%
		Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF)	22%	32%
	Integrado por eixos e módulos	Instituto da Saúde e Sociedade (ISS)	45%	18%
		Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN)	14%	25%
	Bacharelado Interdisciplinar		Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT)	27%
Instituto do Mar (IMar)			21%	22%

Fonte: Autores, pesquisa de PPC (disponíveis em: <https://www.UNIFESP.br/reitoria/prograd/pro-reitoria-de-graduacao/cursos/projetos-pedagogicos>) e de indicadores gerados pela Universidade (disponíveis em: <http://www.UNIFESP.br/reitoria/indicadores/graduacao>).

³ As taxas de sucesso foram calculadas pela divisão entre a somatória de todos os concluintes e a somatória de todos os ingressantes dos cursos de graduação que compõem as Escolas e Institutos listados na tabela. As taxas de evasão foram calculadas pela divisão entre (a somatória dos ingressantes, extraídos a somatória dos concluintes e o total de matriculados no ano de 2017) e a somatória dos ingressantes.

Mediante os dados consolidados no Quadro 1, é preciso inicialmente fazer algumas observações. Os cursos pertencentes às Escolas Paulistas de Medicina (EPM) e de Enfermagem (EPE) são socialmente muito reconhecidos, em sua maioria, bem estabelecidos devido ao tempo de existência, e, com isso, tendem a apresentar altas taxas de sucesso, além de um superávit de matriculados ou uma taxa invertida de evasão. Vale destacar que os cursos têm recebido historicamente várias transferências *ex officio* e levam esses novos estudantes à conclusão, o que contribuí para o superávit constatado. Já os cursos presentes nas outras Escolas e Institutos ainda carecem do mesmo reconhecimento social, pois foram abertos mais recentemente, entre os anos de 2007 e 2015. Essa “juventude” das UU impacta no resultado das taxas de sucesso e de evasão, que variam respectivamente entre 14% e 45%, e 18% e 32%.

Ao se comparar apenas os cursos instalados nas UU criadas após o processo de expansão da UNIFESP, pode-se observar que, mesmo entre os que se apoiam em modelos formativos similares, há taxas de sucesso e de evasão bastante diferenciadas. Assim, um mesmo modelo formativo não parece garantir resultados equivalentes entre os diversos cursos e não se coloca como garantia de obtenção de baixas taxas de evasão.

Ao tomarmos como exemplo os coeficientes de rendimento (CR)⁴ e as taxas de evasão específicas de alguns cursos, tal situação fica ainda mais evidente. Para tanto, no Quadro 2 estão dispostos os dados dos dez cursos que apresentaram maior CR médio em 2017.

Quadro 2. Exemplos de cursos por nº de matrículas, CR e evasão no ano de 2017

Curso	Matriculados 2017	Evasão (%)	CR Médio
Psicologia – Integral	250	7.98	7.934
Medicina – Integral	757	0.79	7.879
Letras - Português e Espanhol (licenciatura) – Vespertino	19	Não informado	7.851
Serviço Social – Vespertino	186	11.41	7.416
Engenharia Ambiental – Noturno	96	4.17	7.395
Engenharia de Materiais – Integral	186	0.86	7.342
Fisioterapia – Integral	214	7.82	7.337
Letras - Português e Inglês (licenciatura) – Noturno	19	Não informado	7.319
Fonoaudiologia – Integral	156	4.00	7.312
Ciências Biológicas / modalidade médica – Integral	127	3.09	7.258

Fonte: Autores, dados obtidos mediante solicitação à ProGrad/UNIFESP

Pelo que se pode observar em termos de modelo formativo, os cursos de Medicina,

⁴ De acordo com o regimento interno da ProGrad/Unifesp, o CR é calculado ao final de cada período letivo, com base em dois indicadores: 1) a nota final (Ni) do estudante em cada UC e 2) a carga horária (Hi) prevista para cada UC. O CR é obtido por meio da seguinte fórmula:

$$CR = \frac{\sum_i N_i H_i}{\sum_i H_i}$$

Fonoaudiologia e Ciências Biológicas/modalidade médica são organizados a partir de um modelo profissionalizante tradicional com um ciclo básico de formação. O curso de Letras também está classificado como um modelo profissionalizante integrado por um ciclo básico de formação. Já os cursos de Psicologia, Serviço Social e Fisioterapia adotam o modelo profissionalizante integrado por eixos e módulos e os cursos de Engenharia Ambiental e Engenharia de Materiais são pós-bacharelados interdisciplinares e seguem as características do modelo profissionalizante.

Os bacharelados interdisciplinares, por sua vez, não conseguem garantir os melhores CR, nem tampouco menor taxa de evasão, como mostram os dados presentes no Quadro 3:

Quadro 3. BI: Matrícula, CR e evasão no ano de 2017

Curso	Matrículas 2017	Evasão (%)	CR médio
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar – Vespertino	322	16.35	4.848
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar – Noturno	311	23.72	4.762
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia Noturno	346	12.13	4.338
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - Integral	724	7.27	5.230

Fonte: Autores, dados obtidos mediante solicitação à ProGrad/UNIFESP

Pelo exposto, observa-se que na UNIFESP modelos específicos de formação não garantem por si sós o bom desempenho dos estudantes, nem tampouco sua permanência nos cursos. Os BI, particularmente, apresentam CR nas faixas de 4 e 5 e taxas de evasão significativas, situação que parece demandar análise mais detalhada da instituição.

Considerações Finais

A expansão das universidades públicas por meio do REUNI trouxe muitos benefícios, proporcionando acesso a grande contingente da população que muito provavelmente não teria oportunidade de formação superior sem tal iniciativa. No entanto, os dados aqui analisados revelam a necessidade de promover a permanência desses estudantes a partir de medidas que envolvam apoio financeiro, infraestrutura, ampliação do número de vagas em cursos de graduação muito procurados, bem como um número suficiente de professores preparados para o cumprimento adequado das matrizes curriculares e projetos pedagógicos inclusivos. Modelos formativos alternativos não podem por si sós resolver tais problemas. Particularmente, as expectativas em relação ao sucesso dos BI não se confirmaram até este momento no caso da UNIFESP.

Além disso, com as políticas de expansão e de reserva de vagas, a universidade pública tem vivido novos tempos, recebendo estudantes com perfis distintos do que historicamente atendeu até o final do sec. XX, contando com a presença mais acentuada de

jovens provenientes das classes populares, que apresentam necessidades pedagógicas e sociais específicas para ter garantido o seu direito à permanência e conclusão nos cursos superiores com qualidade, como intentava, pelo menos retoricamente, o projeto REUNI.

De acordo com o MEC, os recursos para a assistência e a permanência estudantil são repassados por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2010 pelo Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010). Às universidades, é obrigatória a utilização integral de tais recursos com esse propósito. Destaca-se, entretanto, a fragilidade legal na forma como é mantida tal assistência nas Instituições Federais, na medida em que o PNAES se efetiva por meio de um Decreto, tornando passível a sua revogação por ato isolado do poder executivo, deixando a destinação anual dos recursos orçamentários extremamente vulnerável e tornando real a inviabilidade do programa, podendo gerar impactos catastróficos para a permanência de estudantes vindos de escolas públicas e de famílias de baixa renda.

Em seu sítio eletrônico, a UNIFESP informa que o valor dos repasses do PNAES pelo MEC não aumenta desde 2016 e tanto as demandas por auxílios, quanto o valor dos serviços contratados, como por exemplo, o restaurante universitário, vêm crescendo ano a ano⁵. Além disso, como mostram recentes reportagens na grande mídia, os recursos destinados ao custeio das universidades federais não têm sido suficientes para a manutenção de suas despesas⁶, crise ainda mais adensada com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº. 95 (BRASIL, 2018), que congela o orçamento do Poder Executivo até o ano de 2036.

Assim, para além do investimento em modelos formativos alternativos, cujos resultados precisam ainda ser devidamente escrutinados, é urgente conhecer e viabilizar adequadamente os novos estudantes que chegam hoje à universidade pública e as suas necessidades básicas, quer formativas, quer financeiras. Daí, então, é que se poderá dizer que a universidade pública está, de fato, cumprindo o seu papel.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. 518 p. Atualizada até a EC n. 99/2017. ISBN: 978-85-61435-84-4. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacao/Constituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.

⁵ <https://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/index.php?c=Noticia&m=ler&cod=458fdc0545>. Acesso em: 28 maio 2018.

⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/10/1929952-sem-dinheiro-universidade-federal-reduz-obra-pesquisa-e-ate-bandejao.shtml>. Acesso em: 28 maio 2018.
<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,orcamento-das-universidades-federais-do-pais-cai-r-3-4-bilhoes-em-tres-anos,70001957732>. Acesso em: 28 maio 2018.
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/veja-o-impacto-do-corte-de-verbas-em-universidades-e-institutos-federais-de-14-estados.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 08 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 2 fev.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br>. Acesso em: 14 nov. 2017.

LEÃO, Gabriel Mathias Carneiro; TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. Itinerários formativos: caminhos possíveis na educação profissional. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. EDUCERE, III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 12.; SIRSSSE E VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE. SIPD/CÁTEDRA UNESCO, 6., Curitiba, 2015. **Anais**. Curitiba: Congresso Nacional de Educação, 2015, p. 6842-6850.

LÉDA, Denise; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade**, Florianópolis, n. 34, p. 49-64, 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8457>. Acesso em: 3 jun 2018

LIMA, Licínio; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 07-36, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772008000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 3 jun 2018

PACHANE, Graziela Giusti; VITORINO, Bruna de Melo. A expansão do ensino superior no Brasil pelo Programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal? **Poiésis**, Tubarão. v.9, n.16, p.438-456, 2015. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/3114>. Acesso em: 3 jun 2018

SILVA, Josielle Soares da; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do REUNI: a implementação do programa na UFRN. **HOLOS**, Rio Grande do Norte, Ano 30, Vol. 6, p.207-224, 2014. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2152>. Acesso em: 3 jun 2018